



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**DILMA RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA REGINA CAVALCANTE**

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR POR MEIO DO ECA

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016**

**DILMA RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA REGINA CAVALCANTE**

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR POR MEIO DO ECA

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Resolução de Conflitos no ambiente Escolar por meio do ECA.

Professor/a Orientador/a: Prof^a Darlene Almada Oliveira Soares.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção das docentes Dilma Rodrigues dos Santos e Maria Regina Cavalcante intitulado “Resolução de Conflitos no ambiente Escolar por meio do ECA”, defendido e aprovado em 25 de Fevereiro de 2016, pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof^a MSc. Darlene Almada Oliveira Soares
Presidente

Prof. MS Washington Santos Oliveira
Membro Titular

Prof^a Dr^a Adriane Álvaro Damascena
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Ser absoluto, fonte de todo o saber. Agradecemos pela bênção da vida, pelas oportunidades que nos destes e que através delas, concede-nos sempre a faculdade da razão e da consciência para aprimorarmos nossos conhecimentos. Tua força e amparo são decisivos para que possamos vencer todas as etapas das nossas vidas apesar das nossas fraquezas e limitações. Obrigado Senhor.

Aos nossos filhos, cônjuges, mães, pelo apoio, compreensão e pelas ausências, que nos encorajaram e nos fortaleceram com o seu amor e carinho. Obrigado por tudo, amamos vocês.

Aos Professores Anabela Mauricio de Santana e Ferdinando Santos de Melo, agradecemos pela paciência, pelos conselhos, pela ajuda em resolver várias dúvidas. Obrigado por tudo.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de implantar uma cultura de uso do Estatuto da Criança e do Adolescente, para resolução de conflitos no âmbito escolar, como instrumento de uso legal pelos docentes e demais membros da instituição escolar. Este projeto foi construído para ser implantado, na escola Municipal Aurélio Resende, localizada no Povoado Chan, município de Itaporanga D'Ajuda- Sergipe. Relativa ao desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas referentes à divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nossa proposta é desenvolver prática e esclarecer a professores, funcionários e pais sobre as possibilidades de aplicação desta legislação na escola e na comunidade.

Palavras-chave: Ambiente escolar, criança e adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente, violência no âmbito escolar.

ABSTRACT

This study aims to establish a Statute use of culture Children and Adolescents, to conflict resolution in schools, as a legal instrument used by teachers and other members of the school. This project was built to be deployed in the Municipal School Aurélio Resende, located in the town Chan, municipality of Itaporanga D'Ajuda- Sergipe. On the development of educational and pedagogical practices concerning the disclosure of the Child and Adolescent (ECA), our proposal is to develop practice and clarify the teachers, staff and parents about the application possibilities of this legislation in the school and community.

Keywords: school environment, children and adolescents, the Child and Adolescent, violence in schools

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – A ESCOLA E OS SEUS DESAFIOS (PAPEL DA ESCOLA, DESAFIOS, CONFLITOS).....	13
1.1 PAPEL DA ESCOLA, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	13
1.2 ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	15
1.2.1 A Criação de uma Cultura de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na Escola.....	16
1.2.2 Políticas de Atendimentos.....	20
1.3 CONHENDO O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D’AJUDA/SE	20
1.4 PERFIL DISCENTE	22
1.5 PERFIL DOCENTE E DISCUSSÃO SOBRE A ESCOLA.....	24
1.6 CONHECENDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	25
1.7 REFLETINDO SOBRE O PAPEL DA FAMÍLIA.....	26
CAPÍTULO II – DIALOGANDO COM OS SUJEITOS	28
CAPÍTULO III – PLANO DE INTERVENÇÃO.....	30
3.1 CRONOGRAMA.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES A	36
APÊNDICES B	37

INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem vivenciando um novo cenário que nos convida a ter um novo olhar sobre a atual situação vivenciada por docentes, discentes e familiares na escola diante do atual quadro de violência. Diante deste quadro, faz-se necessário ampliar a discussão sobre a educação como um direito de todos (as), sobretudo como um dos direitos fundamentais.

O ECA é fruto de uma nova concepção em que crianças e adolescentes passam a ser percebidos como sujeitos de direitos e deveres e não mais objeto de tutela do Estado, sendo considerados indivíduos que necessitam de tratamento diferenciado em função de se encontrarem em estágio peculiar de desenvolvimento físico, moral, psíquico, espiritual e social. Sendo assim é de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade zelar por eles.

O projeto de intervenção a ser desenvolvido tem o objetivo de promover uma formação cidadã com base no Estatuto da Criança e do Adolescente visando minimizar conflitos/violência no âmbito escolar por meio do conhecimento dos direitos e deveres.

Para construção do nosso projeto consideramos algumas questões norteadoras que desenvolvemos abaixo:

Será que a ausência dos pais interfere no comportamento das crianças?

A falta de ocupação fora da escola leva as crianças e adolescentes a ter conflitos no ambiente escolar e fora dela?

O índice de distorção idade série acontece por falta da valorização escola?

Quem é o maior prejudicado com os conflitos/violência e a evasão escolar?

O que fazer para diminuir os conflitos/violência no ambiente escolar?

Como será aceitação do ECA como resolução de conflitos?

A partir dessas questões colocadas podemos focar nos seguintes pontos a serem tratados em nosso projeto de intervenção deve ser aplicado no sentido de diminuir os conflitos/violência, bem como o quadro de evasão escolar. A proposta interventiva será realizada na Escola Municipal Aurélio Resende, cadastrada no INEP com o nº 28025555, localizada no Povoado Chan, município de Itaporanga D'Ajuda - SE, CEP 49.120.000, fundada no ano de 1976.

A referida escola funciona em dois turnos matutino e vespertino, com as modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I, e o Programa Mais Educação com as oficinas de Acompanhamento Pedagógico, Futebol, Dança e Direitos Humanos. De acordo

com o censo estão matriculados 116 no total, possui uma equipe de funcionários de seis professores (as), uma servente, uma merendeira e uma diretora.

Os docentes no total são seis, sendo que cinco vem da cidade de Itaporanga e apenas uma professora é da comunidade em situação de estágio. A prefeitura disponibiliza transporte para levar os (as) professores (as) e os demais funcionários, a Unidade de Ensino, a qual fica localizada a dezoito quilômetros da cidade. O referido Povoado é de difícil acesso tendo apenas um ônibus para atender a comunidade no período da manhã.

Quanto a estrutura física da escola é constituída por 04 (quatro) salas de aula, uma direção, uma cantina com depósito para os alimentos, 4 (quatro) banheiros com vasos sanitários e apenas um com chuveiro.

A Escola possui um Conselho escolar representado por pais/mães, professores (as), membros da escola, membros da comunidade entre outros. Recebe recursos do Governo Federal como o PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, distribuídos em: PDDE Básico, PDDE Campo, Programa Mais Educação e PDDE Interativo. Através destes recursos foram realizados alguns benefícios, como a construção de um muro de proteção na frente da escola, uma sala de leitura, revestimento nas salas de aula, cozinha e pátio, bem como a compra dos materiais de limpeza, jogos pedagógicos, entre outros.

Os níveis de ensino ofertado pela escola são as modalidades da Educação Infantil de 4 e 5 anos e o ensino Fundamental I do 1º aos 5º anos com o número de alunos (as) totalizando 116 (cento e dezesseis). A Unidade Escolar funciona nos turnos matutino e vespertino. A escola oferece ainda o Programa Mais Educação, com as turmas do 1º aos 5º anos, ativado no ano de 2013. Os números de alunos (as) são distribuídos da seguinte forma: a Educação Infantil: 04 anos – 12 alunos, 05 anos- 09 alunos e o Ensino Fundamental: 1º ano- 15 alunos, o 2º ano- 15 alunos, o 3º ano- 26 alunos, o 4º ano 23 alunos e o 5º ano- 16 alunos. A escola possui em média 10 alunos (as) especiais, sendo que quatro discentes com relatório médico e seis não possui relatório, todos inclusos e sem sala de recurso.

Escolhemos como sujeitos da pesquisa os (as) docentes da referida unidade escolar e os familiares, e optamos como *locus* da pesquisa a escola mencionada por fazermos parte do quadro de funcionários e ver a necessidade em reduzir conflitos de violência física, verbal, evasão escolar entre outros. Para isso discutiremos como o ECA pode ajudar a conhecer os direitos e deveres da criança e do adolescente, bem como as políticas de atendimento.

Outrossim, cabe enfatizar que nasceu o interesse em pesquisar sobre o referido tema e o desejo de implantar este projeto, através da vivência com os docentes nas séries iniciais do

Ensino Fundamental I e através do curso de Especialização lato sensu em “Direitos infanto-juvenis no ambiente escolar – escola que protege”. Ao cursarmos as disciplinas História da Infância e da Adolescência, Educação em Direitos Humanos entre outras. Nos foi possível refletir sobre a atual situação das crianças e adolescentes nas escolas públicas e suas relações com os familiares.

Elencamos o Eca como documento norteador devido a sua formação voltada a dignidade humana, com padrões éticos e jurídicos, para as crianças e os adolescentes. Com base no que foi exposto, construímos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Implantar uma cultura de uso do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Escola Municipal Aurélio Resende, visando minimizar os conflitos no âmbito escolar. Acreditamos que conhecendo os direitos e deveres da Criança e do Adolescente seja fortalecendo o respeito mútuo da comunidade escolar.

Objetivos Específicos

- Divulgar o ECA através de ações didático pedagógicas;
- Propiciar a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico trabalhando o ECA como base legal no contexto escolar;
- Desenvolver ações de conhecimento de direitos e deveres da criança e do Adolescente.

Através desses objetivos, respaldamos o plano interventivo com a justificativa de ser ele fruto de uma vivência na escola com os (as) alunos (as) do Ensino Fundamental I, que vai do 1º ao 5º ano. Onde pudemos identificar diversos conflitos vividos por eles e elas no espaço público (escola) e privado, de forma a afetar a vida social deles (as), de modo que nos proporcionou um real interesse em investigar como a discussão e aplicabilidade do ECA pode ser a fonte propulsora para transformar essa realidade junto a escola/sociedade.

Em consonância com as questões e objetivos da pesquisa priorizamos a *pesquisa qualitativa*, tendo em vista que esta permite a coleta e análise de dados de maneira aprofundada, pontuando os aspectos explícitos e implícitos do fenômeno estudado. Assim, conceitua-se como uma pesquisa que não pode ser mensurável, já que o contexto da realidade e os seus elementos são indissociáveis.

Minayo (2007) destaca que a metodologia qualitativa verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a

subjetividade do sujeito que não pode ser quantificado, pois ao passo que se preocupa com o nível de realidade não pode ser traduzido em números.

Para a realização desse estudo foi desenvolvido pesquisas bibliográficas e de campo na instituição de ensino, de modo a identificar os reais motivos que levam os (as) discentes a agirem de forma agressiva e acerca da evasão escolar.

Nesta perspectiva, foi necessário a elaboração de um roteiro de desenvolvimento das etapas do projeto. Inicialmente, foi feito um diagnóstico do ambiente escolar, através da análise do regimento escolar e do projeto político pedagógico da instituição, assim como entrevista com os (as) docentes e com alguns familiares que se propuseram a participar da pesquisa.

Assim, a presente pesquisa está estrutura em três capítulos e considerações finais. No capítulo I abordamos A escola e os seus desafios (papel da escola, desafios, conflitos Para tanto contamos com D'Aurea-Tardeli, D., Paula, F. V. de. (Org). (2009) e a LBD Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996), entre outros que contribuíram para a discussão dessa temática.

No capítulo II abordamos os questionamentos dos docentes e família acerca do tema abordado, foram utilizados pequenos questionamentos, com a participação dos professores, pais, mães e avós.

No capítulo III elaboração do Projeto de Intervenção, com a participação da comunidade escolar, o corpo docente, os alunos e convidados especiais.

Nas considerações finais, apontamos os principais resultados esperados a partir das questões norteadoras e dos objetivos traçados. Assim, apresentamos uma breve apreciação conclusiva sem a intenção de esgotar a discussão, mas deixar os caminhos para novas pesquisas.

CAPÍTULO I – A ESCOLA E OS SEUS DESAFIOS (PAPEL DA ESCOLA, DESAFIOS, CONFLITOS)

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”
(Nelson Mandela)

1.1 PAPEL DA ESCOLA, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A escola, é o local importante onde o professor transmite e adquire conhecimento no seu dia a dia, tem uma responsabilidade, que vai além dos limites de fornecer cultura e habilidades. Muitas vezes é o professor que fica sabendo primeiro das tragédias que se abatem sobre crianças e adolescentes. Tragédia estas que acontece na própria casa da criança e dos adolescentes ou fora dela. Por isso, essa rede de proteção, a escola, tem uma importância extraordinária. A escola tem que ser capaz de ouvir a criança, de não tratá-la única e exclusivamente como aluno, mas como ser humano, ouvindo as suas preocupações.

Sobre a escola como agente social na vida da criança, Barriguete (2007, p.175), afirma que:

A Escola não interfere apenas na transmissão do saber científico, culturalmente organizado, mas influi na socialização e individualização da criança desenvolvendo as relações afetivas, a habilidade para participar nas situações sociais (brincadeiras, trabalho em grupo), as destrezas de comunicação, o papel sexual, as condutas pré-sociais e a própria identidade pessoal (autoconceito, autoestima, autonomia).

Por isso a importância da participação dos professores, dos pais e dos alunos na construção do Projeto Político Pedagógico, pois qualquer trabalho educativo tem a finalidade de contribuir para a construção da cidadania. Essa participação implica um conhecimento crítico da realidade na qual o aluno está inserido, pois a intencionalidade do trabalho precisa estabelecer uma relação na aprendizagem, onde o professor passar a conhecer melhor o seu aluno, os seus desejos, interesses, dificuldades, experimentados por eles nas suas vidas.

A escola não vai solucionar evidentemente todos os problemas, mas tem uma colaboração importantíssima a ser dada na efetivação e na garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Os professores precisam ter conhecimento dos recursos locais que dispõem de serviços como assistência social, se existe promotoria, defensoria, um juiz, que vai atender, ou órgãos da sociedade civil. A criança não vai ter este conhecimento, mas o

professor pode tê-lo, procurando conhecer o município onde mora os seus recursos disponíveis que garantem os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.

Sobre a escola como agente social na vida da criança, D'Aurea-Tardeli, D., Paula, F. V. de. (Org). (2009). *Violência na escola e da Escola: Desafios Contemporâneos à Psicologia da Educação*. São Paulo: Editora Metodista, 139 p., faz importante consideração:

A escola, enquanto instituição social, é um espaço onde as diferenças se encontram e, portanto, local permanente de potenciais conflitos. É na escola que as diferentes formas de educação e valores familiares, culturas, etnias, religiões etc. se encontram.

O problema de violência no ambiente escolar, abandono ou desistência na escola requer a participação efetiva de todos os envolvidos: professores, alunos, gestores, comunidades escolar, família e sociedade. A Escola é uma das instituições que tem o dever, sobretudo, a função social de coibir toda e qualquer forma de violência, principalmente, contra crianças e adolescentes.

Respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade são aprendizados tão importantes na escola quanto os conteúdos das diversas disciplinas, colaborando para a formação de cidadãos conscientes e capazes de discernir, escolher e decidir a respeito de seus deveres e de seus direitos de cidadão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I da Educação, diz que:

Art. 1º. A Educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na consciência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 1).

A educação brasileira vem sofrendo avanços e retrocessos. Atualmente localizaram escolas com pouca infraestrutura, comprometendo tanto o ensino /aprendizagem como também a qualidade de vida das crianças e a adolescentes. Outro fator que chama atenção é o índice de repetência e desistência/a evasão que é muito preocupante, diante desses fatos, precisamos ampliar a discussão sobre a educação como um direito de todos, e utilizaremos o ECA como garantia desses direitos.

A escola é uma das instituições que tem o dever, sobretudo, a função social de coibir toda e qualquer forma de violência, principalmente contra crianças e adolescentes. A referida instituição precisa cada vez mais elaborar e executar ações voltadas para prevenir a violência tanto no âmbito escolar como fora dela. Faz-se necessário que os profissionais da educação voltem-se cada vez mais para a política educacional humanizada. Lamentavelmente a

violência nas suas mais variadas formas também faz parte do cotidiano escolar e consequentemente da história da educação. Os episódios de violências contra crianças e adolescentes compõem um quadro de transgressão dos direitos humanos, causando em determinados momentos danos irreparáveis aos mesmos.

Segundo a constituição Federal de 1988, educação básica gratuita e de qualidade é um direito de todos os brasileiros. Entretanto, em nosso país as instituições de ensino têm se apresentado insuficiente para atender a demanda educacional ora apresentada.

1.2 ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado no ano de 1990, regulamentando os direitos da criança e do adolescente, assegurados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. Este Artigo reforça que é de responsabilidade de todos na garantia dos direitos, da criança e do adolescente, quando ele diz que é dever da família, do estado e da sociedade assegurar, com absoluta prioridade o direito a saúde, a educação, a convivência familiar, entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um meio jurídico importante que protege, garante e contribui para a efetivação dos direitos fundamentais que rege a vida humana como: a educação, a saúde, ao lazer, a liberdade, ao respeito e a dignidade, a convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do adolescente em seu Art. 4º afirma que:

Art. 4º É Dever da família, da comunidade, da sociedade em Geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p. 13).

Propomos analisar brevemente os direitos das crianças e adolescentes, as origens do preconceito, da discriminação e da violência que elas sofrem. Entender que como estes sentimentos perpassam a educação, além de apresentarmos uma análise concisa do desenvolvimento dos seus direitos. Pretendemos investigar as razões das violações dos direitos das crianças e adolescentes, analisando a educação sobre o prisma de um dos direitos fundamentais, bem como uma questão de política pública.

Apresentaremos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, objetivando analisar suas contribuições na garantia desses direitos, sobretudo no âmbito escolar, visto que o

desenvolvimento das crianças e dos adolescentes depende dos adultos, é da responsabilidade dos mesmos, fornecer uma vida digna, de respeito e com segurança. Quando falamos em direito à educação, pressupomos que haja a obrigação do estado de fazer escolas, pagar professores e assegurar o acesso a material didático, por exemplo. Todavia compete também à família a obrigação de colaborar na educação das crianças e dos adolescentes.

Nesse aspecto, compreendemos que o ECA passou a ter um maior poder de intervenção na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, direitos estes que devem ser respeitado e efetivado.

1.2.1 A Criação de uma Cultura de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na Escola

No contexto da sociedade atual muito se tem falado em Educação em Direitos Humanos, direitos estes que garanta a todas as pessoas condições dignas de vida em sociedade.

Sendo assim a educação para todos está ligada a condição social e a vida saudável da população, portanto, é necessária a elaboração de políticas sociais eficientes e efetivas a serviço da população. Isso requer um processo educativo, voltado para uma cultura que diz respeito à dignidade humana, vivenciando os seguintes valores: justiça, igualdade, cooperação, paz, responsabilidade, entre outros. Estes e outros valores podem estar inseridos no currículo escolar desde a educação infantil até a universidade.

O ambiente familiar e o social da escola são espaços propícios para que as crianças e adolescentes aprendam e respeitem os seus direitos e deveres. Sendo assim os professores devem estar preparados para discutir o papel cidadão. Os docentes passam a ter a responsabilidade quando faz valer os direitos da criança e do adolescente em nosso país. Enquanto na casa deles ainda não tem existe esclarecimento a acerca de direitos e deveres juridicamente falado e nem ao menos conhecem o ECA, a escola exercer o papel da cidadania levando os discentes e aos pais a conhecerem a importância do ECA.

Nesse sentido ressaltamos os Parâmetros Curriculares Nacionais o qual propõe uma escola comprometida em educar seus alunos dentro dos princípios morais de ética e cidadania que regem a vida democrática, baseados nos textos constitucionais, orientando a educação escolar, nos seguintes princípios:

- Dignidade da pessoa humana: Implica em respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo, nas relações interpessoais, pública e privadas.
- Igualdade de direitos: Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Levando em Consideração os princípios que existem diferenças tais como: étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc., e a desigualdade social e econômica.
- Participação: seria um princípio democrático, levantando a cidadania ativa.
- Co-responsabilidade pela vida social: corresponde em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva.

Por sua vez, a Constituição Federal apresenta em seu Art. 1º como fundamentos do Estado Democrático de Direitos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo.

Sendo assim, a escola possui meios que possam desenvolver prática de cidadania para trabalhar com os alunos. O papel do professor não é só passar informações de seus direitos e deveres, mas o exercício dos mesmos. As crianças e os adolescentes têm oportunidade educacional que pode ajudar na sua formação e consolidação de sua cidadania. A Escola é uma instituição voltada para o bem comum de todos, a qual cabe valorizar, cuidar e proteger as crianças e os adolescentes.

Isso posto, percebe-se que:

Os Direitos Humanos Universais apresentam-se como necessidade assumida pela humanidade, após muitos dramas e tragédias, que ceifaram as vidas de muitos de maneira brutal. É tarefa de todos zelar pelo respeito aos Direitos Humanos e exigir seu cumprimento, cooperando para isso no cotidiano, de todas as formas possíveis (PCNs, Temas Transversais, p. 163).

Por isso devemos exigir que todos os direitos assistidos as crianças e os adolescentes sejam cumpridos, visto que os direitos humanos é uma necessidade assumida, e o cotidiano escolar, é um meio, que pode ajudar a minimizar esses dramas e tragédias que ceifaram a vida de muitos, a saber: abandono escolar, violência e conflitos.

Assim, segundo o Art. 1º da Declaração da ONU que trata acerca da cultura de Paz, percebe-se que:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e

prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação [...] (1999, p. 02).

Este Artigo, é a chave que abre os caminhos para minimizar os conflitos que atrapalha a evolução humana das crianças e dos adolescentes. A educação é um meio pelo qual podemos implantar a cultura da paz, respeitando os limites de cada um, são as nossas atitudes que nos fazem pessoas melhores.

Existe uma relação entre a educação e direitos humanos, para tanto a Declaração Universal de 1948, estabelece em seu Artigo 26 que “Toda Pessoa tem direito à educação”, a educação é tão importante para a realização de quase todos os direitos humanos. Sem a educação a pessoa tem mais dificuldade em conquistar os seus direitos e ter uma vida digna.

No exposto existe uma relação entre a educação e direitos humanos, observasse a importância de meditar sobre os pilares que emergem a educação aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver, vejamos a seguir.

O Guia Prático para Educadores, “Diálogo e Mediação de Conflitos” elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2014, fala sobre os quatros pilares da Educação, a saber: aprender a conhecer, a fazer, a ser e a e a conviver. E é com base nesses pilares que a escola pode resolver as diferenças conversando e com paz, sendo assim estaremos preparando as crianças e os jovens para a sociedade de uma forma equilibrada, ensinando os valores morais, as indiferenças culturais e pessoais, e sobre tudo uma cultura da não violência. Dessa forma estaremos ensinando o respeito à vida e o compromisso com os Direitos Humanos.

Quando Falamos em Direitos Humanos, não estamos falando de quaisquer direitos, mas de direitos muito especiais, que devem proteger a dignidade de cada um. Ao declarar, ou reconhecer, os direitos humanos por intermédio de uma constituição, é ensinar o modo pelo qual cada um deve ser tratado, por seus semelhantes e pelo estado, para que nossa dignidade não seja violada e sim protegida.

A respeito de denominação violência, o Conselho Nacional do Ministério Público, criou um Guia Prático para Educadores, Dialogo e Mediação de Conflitos, (Brasília, DF, 2014, p. 19), assevera que:

O que comumente se denomina *violência* é uma das possíveis consequências da inabilidade em se manejar conflitos. Compreender isso é uma questão crucial para gestores e outras lideranças escolares.

Este parágrafo confirma a necessidade do diálogo entre os profissionais da escola e a família, o que pode ocorrer durante as reuniões. Não obstante, vale lembrar que a vivência na

escola para o processo de construção do referido plano interventivo levantou alguns questionamentos como: o que fazer diante de tantos conflitos vivenciados pelas escolas? Será que o intermédio da política pública pode ajudar neste conflito? Tendo em vista que antes a escola era considerada um lugar seguro, hoje o medo atormenta os (as) professores (as), os próprios discentes, a comunidade escolar e a sociedade em geral, vale lembrar que precisamos transformar a escola em um ambiente seguro, de paz, alegre e que de prazer em frequentar.

Os Gestores junto com os docentes e todos que fazem parte da escola podem fazer um trabalho em conjunto, trazendo para a escola conteúdos interdisciplinares, que levem não só os alunos mais todos que fazem parte da escola, a uma reflexão profunda do que está acontecendo com o ambiente escolar, através da discussão de temas como direitos Humanos, Educação Ambiental, Sexualidade, Gênero, entre outros.

Assim aos poucos será implantada uma cultura de diálogo, levando as pessoas a compreender e a respeitar as diferenças, a saber, lidar com os conflitos evitando a violência, realidade não só da escola campo da nossa pesquisa.

Destarte, diante da discussão abordada Chrispino destaca que:

O conflito é o nosso companheiro de jornada mais próximo. É parte integrante da vida e da atividade social. O conflito se origina da diferença de interesses, de desejos e aspirações. Percebe-se que não existe aqui a noção estrita de erro e de acerto, mas de posições que são defendidas frente a outras, diferentes (CHRISPINO, 2002, p. 30-31).

Consoante o autor Chrispino, o conflito está diariamente em nossas vidas, é através dele que origina a diferença de interesses, de desejos e aspirações, que precisamos aprender a conviver é o que nos ajuda a crescer democraticamente.

Paralelo a isso percebe-se que:

Conflito é uma situação em que pessoas interdependentes satisfazem suas necessidades e seus interesses de formas diferentes e experimentam a interferência uns dos outros na busca de seus objetivos. Ele se origina da competição por recursos percebidos como limitados: água, ar, terra, alimento, tempo, riqueza, poder (GARSTON E WELLMAN, 1999, p. 185).

O que podemos observar em comum nas definições acima é que os conflitos existem por questões de diferenças, seja ela física, econômica, social, emocional e moral. Precisamos saber viver com essas diferenças, visto que não somos pessoas iguais, por isso a importância do respeito mútuo.

Durante as nossas observações diárias, constatamos que os conflitos gerados entre as crianças e os adolescentes, no ambiente escolar e fora dele, estão ligados a sua estatura física,

a situação econômica, ao seu emocional e a sua formação moral, gerando consequências sérias em sua vida.

1.2.2 Políticas de Atendimentos

O Sistema de Garantias dos direitos da criança e do adolescente consiste em um conjunto de órgãos encarregados de assegurar a efetivação das leis de proteção de crianças e adolescentes. Entre eles estão os Conselhos Tutelares, as delegacias especializadas em crime contra a criança e o adolescente, o Ministério Público, as varas da infância e juventude, a Defensoria Pública e os centros de defesa. Ao notificarem os casos de abuso e acompanhar o desenrolar da denúncia, os educadores interagem com esse conjunto de instituições, o que certamente contribui para que esse sistema funcione e se fortaleça a rede proteção da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

Do ponto de vista ético, para haver uma abordagem adequada do adolescente, devem ser respeitados os princípios da privacidade e da confidencialidade e sigilo profissional, ressaltando que existe exceção de alguns casos. O adolescente tem direito à privacidade durante o atendimento, independente da sua idade. Deverá ser atendido sozinho se assim o desejar. Quando existem casos de abuso sexual, outro profissional da equipe acompanhará a consulta para proteção do médico (BRASIL, 1990).

São considerados casos de exceção quando envolver crianças e adolescentes com deficiência intelectual, distúrbio psiquiátricos ou outras situações que apresente falta de capacidade crítica, nas quais não há possibilidade de atendimento sem a presença de um acompanhante (BRASIL, 1990).

A criança e o adolescente têm direito ao sigilo sobre as informações reveladas ao profissional durante ao atendimento na Unidade de Saúde, por ser validado que a confidencialidade amplia a proposta de prevenção (BRASIL, 1990).

Deve ser permitida a quebra de sigilo e será realizada sempre que o profissional detectar que a criança e o adolescente estejam colocando em risco a sua vida ou a vida de terceiros (BRASIL, 1990).

1.3 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE

O Município de Itaporanga D´Ajuda, possui uma população estimada de acordo com o IBGE é de 33.317 (trinta e três mil e trezentas e dezessete pessoas), está localizada a vinte e nove quilometro de Aracaju, às margens do Rio Vaza Barris, foi fundada por volta do ano mil. A cidade gerou dois grandes líderes Sergipanos o primeiro é o cacique Surubi, que resistiu aos ataques Portugueses e Holandeses. O outro é Felisbello Freire, um dos maiores políticos e intelectuais que Sergipe e o Brasil já tiveram.

Quanto a Educação de Itaporanga D´Ajuda, o município atualmente oferta 48 (quarenta e oito) escolas, sendo que 03 escolas na sede, ou seja, na cidade e 45 nos povoados, ressaltando que município possui 49 (quarenta e nove) povoados, formalizando assim quase uma escola por divisão populacional. Dessas 48 (quarenta e oito) Unidades de Ensino 03 (três) foram paralisadas, ou seja, estão inoperantes, por motivo de alunos insuficientes, sendo transferidos para povoados mais próximos tendo como apoio o transporte escolar. Como essas escolas não foram desativas e sim paralisadas podem voltar a ativar se necessário. Todas essas escolas mencionadas são de responsabilidades do município.

Essas 45 escolas são distribuídas nas seguintes modalidades de Ensino e seus respectivos funcionamentos:

- ✓ **Creche** de 0 a 3 anos, funciona apenas 01(uma) na cidade, nos turnos matutino e vespertino;
- ✓ **Educação Infantil** funciona em 42 (quarenta e duas) escolas, sendo que 01(uma) na cidade e o restante nos povoados, nos turnos matutino e Vespertino;
- ✓ **Ensino Fundamental I**, do 1º ao 5º ano, 02 (duas) funciona na cidade e 43(quarenta e três) nos povoados, nos turnos matutino, vespertino;
- ✓ **Ensino Fundamental II, do 6º aos 9º ano**, funciona em quatro escolas, ficando assim atendendo a todos os povoados e cidade distribuindo os alunos por região. Sendo que 01(uma) escola funciona na cidade e 03(três) em povoados, em um dos povoados a demanda de alunos são maiores ficando com duas escolas, pois a região é bem maior e um outro povoado com apenas uma, totalizando assim 04(quatro) Unidades de Ensino, nos turnos matutino e vespertino, pois no turno da noite funciona com a Educação de Jovens e Adultos, abaixo citada;
- ✓ Temos ainda a **EJA- Educação de Jovens e Adultos**, que funciona no turno Noturno, em 06 (seis) Escolas, duas na cidade e 04 (quatro) nos povoados, principalmente nas Unidades de Ensino que atende alunos do 6º aos 9º anos. Como a EJA é dividida por Ciclo, no ciclo I que atende alunos do 2º ao 5º anos

funciona apenas em duas escolas sendo que uma na cidade e a outra no povoado bem próximo a cidade e as outras quatro escolas atende o ciclo II que são do 6º aos 9º anos.

A Secretaria Municipal de Educação possui diferentes conselhos como o do FUNDEB referente ao recurso financeiro, o CAS referente a merenda escolar e o seu próprio conselho sendo responsável pelo currículo escolar, em elaborar o calendário escolar que é único para todas as escolas, em elaborar portarias autorizando o funcionamento das escolas, entre outros.

Quanto ao Regimento Escolar é único para o município, todas as escolas utilizam o mesmo regimento e está em fase de mudança, foi constituído uma comissão através do Conselho Municipal de Educação para a elaboração de um novo Regimento.

Antes de iniciar o ano letivo a Secretaria Municipal de Educação realiza uma semana pedagógica com a finalidade de fazer o plano anual de Ensino, ficando com a finalização para ser entregue depois na escola.

1.4 PERFIL DISCENTE

Os (as) alunos (as) da Escola Municipal Aurélio Resende são bastante heterogêneos(as) no que concerne a estrutura familiar, geralmente, são filhos e filhas de pais separados, moram com avós paternos ou maternos; com baixa renda econômica e vítimas do descaso social. Quanto ao processo ensino-aprendizagem há uma semelhança eles não apresentam interesse em estudar mas gostam de participar dos projetos pedagógicos.

De acordo com as observações realizadas no decorrer do nosso trabalho percebemos a necessidade de melhorar alguns pontos importantes para a evolução da educação, desde então começamos a fazer reunião com os pais, com o Conselho Escolar, com os professores e demais membros da escola, expondo a situação da distorção idade série, abandono, reprovação, atividades para casa (que não são realizadas), e a violência física e verbal apresentada pelos discentes.

Quanto aos projetos pedagógicos desenvolvidos na escola estão divididos em:

- Datas comemorativas, como: a Páscoa, dia das mães, São João, dia dos pais, dia das crianças, entre outros.
- Datas históricas como: descobrimento do Brasil, dia do Índio, dia de Tiradentes, dia do Trabalhador, a Escravidão, dia da Consciência Negra, entre outros.

- Temas referentes ao meio ambiente como: o lixo, a água, reciclagem.



Foto 1 – Comemorando o dia das Mães



Foto 2 – Comemorando as Festas Juninas

1.5 PERFIL DOCENTE E DISCUSSÃO SOBRE A ESCOLA

No quadro dos professores, observamos alguns pontos que são relevantes quando se diz respeito à sua formação profissional e ao seu vínculo trabalhista:

ORDEM	TURMA	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	VÍNCULO
01	Educação Infantil	Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	03 anos	Contratada
02	1º ano do Ensino Fundamental	Cursa Pedagogia	02 anos	Estagiária
03	2º ano do Ensino Fundamental	Pedagogia	07 anos	Contratada
04	3º ano do Ensino Fundamental	Licenciada em Letras-Português	03 anos	Contratada
05	4º ano do Ensino Fundamental	Nível Médio em Magistério	01 ano	Efetiva
06	5º ano do Ensino Fundamental	Formada em Física, tem o nível médio em Magistério.	07 anos	Efetiva

Quanto à diretora, é concursada a vinte um anos, tem o nível médio em Magistério, graduada em Letras – Português/Inglês, Especialista em Pedagogia Empresarial, está cursando especialização em Educação Infanto-Juvenil e Mestranda em Ciências da Educação, e trabalha nesta unidade de ensino há oito anos. Os demais servidores como a servente ela é contratada por uma firma terceirizada que presta serviço a merenda escolar e há três anos, já a merendeira, é efetiva e se aposenta este ano de 2015.

As salas de aula são amplas, tem o pátio que é coberto e as professoras utilizam para as festas e apresentações dos projetos têm ainda fruteiras (árvores) ao redor da escola as quais as professoras administram aulas ao ar livre em baixo das árvores. Os alunos fazem as refeições em mesas no pátio, pois ainda não tem refeitório. Os professores não tem uma sala disponível para se reunirem elas usam secretaria que também é a sala da diretora, não tem biblioteca.

O MEC oferece livros para os alunos das turmas do 1º ano das disciplinas de Português, Matemática e Natureza e Sociedade, e os alunos do 2º ao 5º anos são contemplados com livros das disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História. As disciplinas de Artes, Religião Educação Física, Cultura Sergipana e Redação, não são oferecidos livros. Os alunos da turma de Educação Infantil nunca receberam livros, os professores trabalham com materiais que pesquisam na internet e livros emprestados por colegas de escola particular. A escolha dos livros acontece de forma democrática, os

professores a cada 04 anos participam da escolha do livro na Secretaria de Educação, os livros são utilizados durante quatro anos pelos alunos, e depois acontece um novo processo de escolha. A escola recebe o complemento de livros anualmente de acordo com o censo escolar. O MEC ainda oferecem paradidáticos da Educação Infantil ao 5º anos.

A Escola também possui Conselho Escolar, temos eleição a cada dois anos, através de uma reunião extraordinária com a presença dos pais, dos professores, dos servidores, direção e da comunidade em geral. Após eleger os novos membros do Conselho representados pelos seguimentos como: tesoureiro, presidente, secretários e fiscais, todos os presentes assinam a Ata. Em seguida registra a Ata no cartório e leva uma cópia junto com o Estatuto do Conselho ao Banco para renovar as contas da escola, representadas pelo Presidente e o Tesoureiro.

Os professores utilizam estratégias garantindo informações sobre a aprendizagem dos alunos tais como: entregam o calendário das provas aos pais com os assuntos abordados para estudar no período de avaliação, são os pais que recebem as avaliações depois de corrigida e assina o recebimento, através dos projetos realizados na escola, observam a participação dos alunos, assim como também cartazes e confecções de artes, entre outros.

Os tipos de violência que apresenta na escola estão relacionados a comportamento agressivo através de insultos, apelidos cruéis, gozações, ameaças, acusações injustas de os motivos que levam as crianças a terem esse comportamento são críticas a roupa, aos cabelos, a altura, a espessura, sempre eles procuram um motivo que gera confusão. Temos ainda casos de abandono escolar este ano letivo de 2015 foram encaminhados cinco casos ao Conselho Tutelar e apenas dois obteve êxito. Antes de levar os casos às vias de fatos os pais foram convidados a esclarecer por qual motivo o se filho (a) não está frequentando a escola e simplesmente dizem que seu filho não quer vir e não vai faltar.

Um ponto interessante que percebemos é o quadro de distorção idade série que acaba contribuindo instigando a violência entre os alunos, pois a maioria dos casos de conflitos ocorridos é gerada por crianças ainda em estado de evolução, porém com a idade avançada para sua série.

1.6 CONHECENDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O projeto político pedagógico é entendido como a organização da atividade pedagógica da escola como um todo, assim ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos que estão envolvidos com o procedimento educativo da escola.

Haja vista que o projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Aurélio Resende foi elaborado no ano de 2011, através da equipe formada pelo Conselho Escolar da unidade de Ensino, permaneceu em atuação até 2012, pois com a mudança de governo ficou para se elaborar outro. Mesmo assim a direção continuou utilizando como referência, haja visto que foi passado que iria ser feito outro, mas a Secretária de Educação ainda não autorizou a fazer. Dentro do PPP foram colocados os seguintes itens: apresentação do projeto com os seus objetivos; recursos financeiros destinados à escola; a estrutura pedagógica; o histórico da escola com a sua fundação, a sua estrutura física e mobiliária; os recursos humanos constituídos com toda equipe da escola; estrutura de funcionamento, com modalidade de ensino, turmas, turnos e carga horária; verificação do rendimento escolar; organização curricular com a Base Nacional comum e a parte diversificada; o aproveitamento e recuperação semestral e anual. Foi feito também uma análise situacional de todos os itens mencionados. O marco referencial foi a de Paulo Freire, Constituição Brasileira, O Estatuto da Criança e Adolescente, Jean Piaget, Vygotsky, Edgar Morin, Rubem Alves, dentro do marco referencial foi abordado à missão, valores, visão de futuro. Foi colocado também o plano de ação com seu objetivo geral e seus objetivos específicos, metas, calendário escolar, planejamento pedagógico, definição de currículo, conteúdos, recursos humanos e financeiros, atividade pedagógica, monitoramento e avaliação. E por fim os anexos dos projetos da escola.

O Projeto Político Pedagógico foi bem elaborado pela escola, infelizmente a escola não tem total autonomia para adaptar alguns itens que condiz com a realidade da comunidade, pois tem que adequar com a base colocada pela Secretaria de Educação, como por exemplos o currículo, o planejamento anual (das aulas) e o calendário escolar.

1.7 REFLETINDO SOBRE O PAPEL DA FAMÍLIA

A participação da família é tão importante na vida da criança e do adolescente quanto a contribuição que o educador oferece na vida escolar. Todo conhecimento que ele adquirir primeiro vem de casa e os grandes conhecimentos teóricos são oferecidos diariamente na escola.

Acompanhar as atividades diárias dos filhos fora de casa é de competência da família esse é o seu papel enfatizado no Capítulo III- Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Seção I – Disposição Gerais

Art. 19. Toda Criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar comunitária, em ambiente familiar livre da presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes (p. 15 e 16, 20015).

Sendo assim é dever da família proteger, evitar que o pior aconteça de desordem na vida dos filhos (as), por isso o seu papel é importante na construção do saber e fazer.

Durante o ano letivo seria importante à participação dos pais ou responsável para acompanhar a vida escolar de seus filhos, participando das atividades programadas pela escola como, por exemplo, reuniões mensais, fazer questionamento sobre a aprendizagem, as notas e o comportamento.

Atualmente convivemos com situações distintas na realidade familiar são pais separados os quais os filhos são criados pelos avós, são mães que trabalham na lavoura, são mães que são doméstica e só vem pra casa a cada quinze dias e deixam seus filhos com os pais ou irmãos mais velhos, entre outros.

CAPÍTULO II – DIALOGANDO COM OS SUJEITOS

A amostra foi composta de 06 professoras, do ensino fundamental do turno matutino e vespertino da Escola Municipal Aurélio Resende, Itaporanga d' Ajuda/SE, independentemente da série que ministram e do nível de instrução. São elas¹: Márcia, Mariana, Mércia, Maria, Manoela. No que se refere a família entrevistamos seis membros, sendo 02 avós, 02 mães e 02 pais.

Márcia, graduada em Letras Português e com especialização *latu sensu* em Língua Portuguesa, tem 40 anos de idade. Ela trabalha com o ensino fundamental há 20 anos, lecionando a disciplina Língua Portuguesa. Atua na escola estadual Vitória de Santa Maria há 06 anos e leciona nesta unidade de ensino a três em regime de contrato, na turma do terceiro ano, considera as instituições um excelente espaço de aprendizagem. Ela considera conflito escolar a desarmonia entre os alunos ou entre alunos e professores que promove a desestrutura da rotina escolar.

Segundo a docente, os conflitos mais comuns na escola são brigas (agressões físicas) e xingamentos (agressões verbais) entre os discentes. Além disso, ela atribui à existência desses conflitos a ausência de um trabalho de conscientização, diálogo e participação da família. Assim, busca contribuir para a solução do conflito através do diálogo e em casos mais resistentes convoca à família, encaminhando o discente a coordenação.

A contribuição da família para o processo de aprendizagem, de acordo com Márcia, deve ser realizada pelo acompanhamento escolar e para solucionar os conflitos é participando mais da vida escolar de seus filhos. Então, para melhorar a relação entre escola e família precisa existir diálogo, através de encontros e reuniões para envolver mais a família, de forma a conscientizá-la da importância de seu acompanhamento, mostrando que devem agir com responsabilidade e bom senso. Os docentes sugerem ainda fazer mais projetos baseado na ECA para minimizar a violência no ambiente escolar.

Assim, de acordo com pesquisa percebe-se que das 6 respondentes, 2 relatam que a ausência da família tem dificultado o processo ensino e aprendizagem, enfatizando que alguns familiares aparecem na escola apenas para questionar/brigar quando ocorre o fato de serem convocados e/ou quando o educando recebe algum tipo de advertência.

Na entrevista com os pais Pedro e João, eles relatam que não tem tempo, de ir a escola, que é obrigação da mãe; que tem pouca instrução (não são alfabetizados) e por isso

¹ Os nomes das participantes foram trocados para garantir a privacidade delas.

não ajuda nas atividades de casa, quanto o seu filho ser violento só durante as brincadeira com lutas e os seus filhos vão diariamente a escola é difícil faltar. As mães Maria e Magna justifica a ausência e a falta de acompanhamento dos filhos na escola porque precisam trabalhar como doméstica e deixa seus filhos com o marido que é alcoólatra (na situação de Maria) então ela precisa sustentar a casa ou deixa com a filha mais velha. Quanto as avós Clara e Josefa ela fazem o que podem pois não tem muita leitura e que manda os netos fazerem as atividades de casa mas não sabe conferir e os orientam para não brigarem mas são o tempo todo em casa também, brigam com os irmãos. O que todos entrevistados (as) tem em comum é o fato de orientar os filhos a não brigarem, mas os orientam não levarem desaforo para casa.

CAPÍTULO III – PLANO DE INTERVENÇÃO

Com base nas pesquisas realizadas percebemos a importância de trabalhar com o ECA na escola, com o objetivo em diminuir o quadro de conflitos/violência, a evasão escolar e de implantar uma cultura do uso do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, propomos que seja realizado uma intervenção, atendendo o público alvo dos alunos, professores, servidores, comunidade escolar e convidados especiais.

O Evento será realizado no próprio prédio da escola no período de 07 a 11 de março do corrente ano. Será uma semana de atividades, com palestras, apresentação de teatro, entre outros. Vamos aproveitar o momento para escolher os membros para representar o Conselho que construirá o Projeto Pedagógico da Escola.

Os funcionários, alunos e familiares que participarem do projeto, receberão informações acerca do tema, os objetivos, os motivos para a implementação do projeto e o significado de um projeto de intervenção.

Após a posse dos membros do Conselho Tutelar, pretendemos entregar pessoalmente o convite acompanhado com o folder do evento aos Conselheiros Tutelar, ao representante do CRAS do município de Itaporanga D´Ajuda e demais autoridades do município como Prefeita e os vereadores. Assim, traçamos um cronograma com o intuito de guiar cada etapa.

3.1 CRONOGRAMA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Convite aos palestrantes	X					
Divulgação do Evento		X				
Realização do Evento			X			
Elaboração do Projeto Pedagógico				X	X	
Auto Avaliação						X

As ações dividem-se em fases distintas, mas relacionadas entre si através de objetivos comuns que são o conhecimento e aplicação do ECA:

- ✓ Minicurso: caracteriza-se pela exposição oral e didática sobre pontos presentes no ECA como forma de esclarecer as possíveis dúvidas/ocorrências do cotidiano escolar.
- ✓ Atividades didático-pedagógicas com educadores e funcionários da escola: corresponde à realização de atividades do guia prático para familiares e comunidades correspondendo às seguintes oficinas: Definindo o abuso sexual contra crianças; O varal da violência; A violência a minha volta; A comunidade que eu tenho e a comunidade que eu quero; Projeto comum de prevenção a violência contra a criança;
- ✓ Divulgação de material pedagógico: apresentação de gibis “O menino maluquinho e o ECA” e “ECA no exercício da cidadania”, cartazes e painel, através de uma feira literária.
- ✓ Peça de teatro, musical e fantoches: será apresentada ao público discente, pais e outros convidados: “Conhecendo alguns direitos das crianças e dos adolescentes através do lúdico”.
- ✓ Reuniões para elaborar o Projeto pedagógico com o uso referencial do ECA.

Atividades	Público alvo	Duração	Período/dia
Minicurso	Pais e Professores	04 horas	07/03/2016
Oficinas	Familiares e membros da comunidade	04 horas	08/03/2016
Feira Literária	Alunos, professores, pais e membros da comunidade.	04 horas	09/03/2016
Peça Teatral com fantoches	Alunos, professores, pais e membros da comunidade.	04 horas	10/03/2016
Culminância e encerramento	Alunos, professores, pais e membros da comunidade.	04 horas	11/03/2016
Reunião semanal Construção do Projeto Político Pedagógico	Alunos, professores, pais e membros da comunidade.	04 horas,	Duração de 03 meses: abril, maio e junho

1º dia – Na abertura do evento contaremos com a presença de representante do Conselho Tutelar e do CRAS abordando pontos importantes sobre o ECA e em seguida formando os minicursos com a participação dos professores como mediador, tendo como pauta possíveis ocorrências de violência no âmbito escolar e de como se aplica o ECA em diferentes pontos.

Os temas trabalhados dos minicursos são: Título II – dos Direitos Fundamentais do ECA.

Capítulo I- Do Direito a vida e a Saúde.

Capítulo II – Do Direito à liberdade, ao respeito e a Dignidade.

Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Capítulo IV- Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

2º dia – Serão realizadas oficinas, tendo como mediador os professores e demais funcionários da escola, com confecção de cartazes ou painel com os seguintes temas: Definindo o abuso sexual contra crianças; O varal da violência; A violência a minha volta; A comunidade que eu tenho e a comunidade que eu quero; Projeto comum de prevenção a violência contra a criança;

3º dia – Teremos uma Feira Literária com apresentação e distribuição de gibis “O menino maluquinho e o “ECA e ECA” no exercício da cidadania”, cartazes e painéis confeccionados pelos pais, alunos e membros da comunidade.

4º dia – Apresentação de teatro, musical e fantoches, representados com os alunos e os professores, conhecendo alguns direitos das crianças e dos adolescentes através do lúdico. Será um momento de descontração. Aproveitamos neste dia antes de iniciar as apresentações para escolher os representantes para a construção do Projeto Pedagógico, que será realizado em reuniões previstas para os meses de: abril, maio e junho de 2016, conforme divulgação supracitada.

5º dia – Será um momento de descontração, com um breve discurso de agradecimento com representantes dos seguimentos: discentes, docentes, gestor e pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conteúdo apresentado, verifica-se que o grande desafio atual, da efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, que estão apregoados nos mais variados documentos, em especial no ECA, esperamos concretiza-los na sua plenitude, quando os envolvidos no processo tiverem clareza de que se trata de uma questão que envolve qualidade de vida.

Ao refletir sobre a violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, percebemos que estes necessitam de uma maior atenção da União, Estados e Municípios, para que sejam respeitados, protegidos, garantidos e efetivados.

Almejamos que o tema abordado neste trabalho possa contribuir para discutir as inquietações e os questionamentos a respeito da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sobretudo, colaborar para uma compreensão mais extensa dessa violação no âmbito das instituições de ensino. Desejamos que as informações e as reflexões contidas neste trabalho acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes possam proporcionar aos profissionais da educação uma ampliação da compreensão política das concepções e práticas educacionais, objetivando a garantia e a efetivação dos direitos fundamentais e humanos, especialmente dos educando.

Esperamos efetivar o Projeto Político Pedagógico que é uma espécie de constituição da Escola, a sua carta magna, que deve situar a instituição escolar na sociedade e exprimir os propósitos da comunidade que forma alunos, educadores de todos os níveis, pais e mães ou responsáveis.

Assim como os demais temas transversais, o ECA deve estar explicitamente articulado com a Cultura dos Direitos Humanos, que deve ser a diretriz maior orientadora do PPP, a partir da qual se desdobram as diretrizes curriculares, a estrutura curricular, os programas das disciplinas e os seus conteúdos, bem como os princípios básicos das relações sociais escolares como um todo.

Com base nessas considerações supracitadas, esperamos ainda que:

- ✓ Possamos diminuir o índice de violência no âmbito escolar assim como respeitar o que os direitos adquiridos pelo ECA proporciona as nossas crianças, fazendo valer o que está na lei.

- ✓ Que a partir deste momento os pais possam ser mais participativo, comparecer mais na escola acompanhando o desenvolvimento educacional de seus filhos assim como nas atividades diária de para casa.
- ✓ Gradativamente possamos transformar o nosso ambiente escolar harmonioso, com ética e cidadania plena, sendo assim diminuir a distorção idade serie, a evasão escolar e levar o gosto a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

_____. Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.

_____. Brasil. **Lei de Diretrizes em Bases da Educação**, Lei Nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996. Edição Atualizada de 2007.

CALISSI Luciana, SILVEIRA Rosa Maria Godoy. **O ECA nas escolas**: Perspectivas interdisciplinar. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa 2013.

CHRISPINO Alvaro, **Gestão do Conflito Escolar**: da classificação dos Conflitos aos modelos de mediação. 2002.

GARSTON E WELLMAN. **Mediações de Conflitos**, 1999.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS> Organização das Nações Unidas (ONU). 1948.

_____. **Diálogos e Mediações de Conflito nas Escolas/ Guia Prático Para Educadores**. Brasília-DF, 2014.

_____. **Direitos Humanos**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999.

_____. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos Temas Transversais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

RUBENS Alves. **Conflitos na escola**: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA Mr. **Memórias de Itaporanga D´Ajuda**. 2004.

TARDELI- D´Aurea, D., Paula, F. V. de. (Org). **Violência na Escola**: Desafios Contempôneos à Psicologia da Educação. Editora Metodista. São Paulo 2009.

APÊNDICE A – MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA
COM OS FAMILIARES

- 1- Fale sobre a frequência escolar do(a) seu/sua filho(a).
- 2 -O (a) senhor (a) trabalha fora?
- 3- Qual a sua participação nas atividades de casa seu filho(a) ou neto(a)?
- 4- O (a) seu/sua filho(a) tem um comportamento violento em casa?

APÊNDICE B – MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DOCENTES

- 1- Qual sua percepção sobre o problema de violência no ambiente escolar?
- 2 – A participação dos pais pode ajudar a diminuir a violência na escola?
- 3 – Quais são os tipos de violência marcante que você já presenciou?
- 4 – O que a escola pode fazer para ajudar nos conflitos/violência?